Insegurança Jurídica no âmbito ambiental do Brasil

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Victor Valdivino Andrade Soares
Luciana Leal De Carvalho Pinto
Ivone Alves De Sousa Santos
Felipe Almeida Da Silva
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O atual cenário da Amazônia brasileira apresenta uma crise ambiental e social que é agravada por políticas públicas inadequadas e pelo enfraquecimento da legislação ambiental, em evidente contradição com os preceitos da Constituição Federal de 1988. A Amazônia, essencial para a regulação climática global e detentora de uma biodiversidade inigualável, vem sendo alvo de desmatamento desenfreado, queimadas, e invasões ilegais, colocando em risco não só o equilíbrio ecológico da região, mas também os direitos das populações indígenas e comunidades tradicionais que habitam e protegem a floresta com um todo.

Objetivo

O objetivo do texto é realizar uma análise crítica do cenário ambiental atual da Amazônia, destacando os impactos negativos das políticas públicas e da legislação sobre a preservação da floresta. Além disso, busca-se discutir como essas ações violam os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, em especial o direito ao meio ambiente equilibrado e os direitos das populações indígenas

Material e Métodos

A pesquisa utilizou revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, legislações vigentes e relatórios governamentais para análise crítica do cenário ambiental da Amazônia. Foram consultadas bases de dados como Scielo e Google Scholar, além de documentos oficiais do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente. A metodologia incluiu análise qualitativa dos dados, destacando o impacto das políticas públicas e retrocessos legislativos sobre a preservação da floresta e os direitos indígenas.

Resultados e Discussão

A discussão revela que essas práticas vão contra os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 225, que garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A flexibilização das políticas ambientais e a omissão governamental na proteção dos territórios indígenas também contrariam os

artigos 231 e 232, que asseguram os direitos dessas populações à posse e ao usufruto exclusivo de suas terras.

Conclusão

O atual cenário da Amazônia reflete uma violação dos princípios estabelecidos na Constituição Federal, sobretudo no que tange à proteção do meio ambiente e aos direitos das populações tradicionais. O enfraquecimento das leis ambientais e a falta de ação estatal para combater o desmatamento ilegal e as violações de direitos indígenas revelam um desprezo pela preservação do patrimônio natural e pelos direitos fundamentais assegurados a todos os cidadãos brasileiros.

Referências

Aqui estão as referências sugeridas para o texto sobre o cenário da Amazônia e sua relação com a legislação e a Constituição Federal:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. **Código Florestal (Lei nº 12.651/2012)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

SILVA, J. R. da. **Política Ambiental Brasileira: avanços e retrocessos na Amazônia**. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 45-68, 2023.

FAUSTINO, C. E.; MENDES, L. G. **A proteção dos direitos indígenas e o desmatamento da Amazônia**. *Revista Brasileira de Política Pública*, Brasília, v. 14, n. 2, p. 101-123, 2023.